FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS

CRESCE BRASIL

+ENGENHARIA +DESENVOLVIMENTO

Retomada da Engenharia Nacional

Artigo

Os desafios da Frente Parlamentar de Engenharia

Ronaldo Lessa

Os desafios da Frente Parlamentar de Engenharia

Ronaldo Lessa

A desvalorização da nossa indústria e o não reconhecimento do talento dos técnicos locais, no bojo de um projeto político que abre mão das nossas riquezas, levaram entidades representativas da engenharia brasileira a buscar no Congresso Nacional apoio para uma retomada da defesa da nossa soberania. Órgãos como a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, bem como sindicatos e clubes de engenharia, promoveram encontros pelo país debatendo a conjuntura e congregando esforços para a apresentação de uma proposta que resgatasse valores negligenciados pelo Governo Federal. Daí nasceu a Frente Parlamentar Mista de Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional, integrada por 22 senadores e 230 deputados.

Na ocasião da instalação da Frente, no final de 2016, afirmei que um dos objetivos seria pôr nossa capacidade técnica a serviço do país, ao tempo em que assegurávamos o gozo de direitos e a construção de um futuro baseado na preservação da nossa soberania. Deixei claro que deveríamos ser ousados, acelerando a adoção de medidas que possam garantir o novo ciclo econômico do Brasil.

Não custa lembrar: quase tudo passa pela engenharia, da produção de alimentos, geração de energia e atenção à saúde até chegar à construção de pontes e rodovias. É um conhecimento que alicerça o futuro, hoje ameaçado por uma política irresponsável, desnacionalizante, sem compromisso com o país e seu povo. Nossas universidades formam profissionais de excelente nível técnico, mas o país não tem aproveitado esse potencial como deveria - vide o caso da Empresa Brasileira de Aeronáutica. Criada em 1969 como um projeto estratégico do governo brasileiro, e viabilizada com recursos de todos nós, a Embraer tornou-se uma das líderes mundiais no setor aeronáutico, chegando, em 2016, a um faturamento de R$ 21,4 bilhões. O interesse da Boeing pela Embraer reflete a qualidade do conglomerado brasileiro - porém, a proposta não é de parceria, e sim de compra do controle majoritário da empresa, o que não é do interesse do nosso país.

O Governo Federal é capaz de ignorar o talento nacional e chega a propor negócios inexplicáveis como o que envolveu a carta-convite para a construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj): inicialmente apenas empresas estrangeiras foram convidadas! Agora, um consórcio toca a obra. O projeto de desnacionalização atinge também a Petrobras e a Eletrobrás, ameaçando gerar desemprego e fuga de técnicos para outros

países, ou a própria absorção da mão de obra local mediante contratos não vantajosos.

Tudo isso discutimos em encontros pelo país. Sentimos o eco da nossa proposta e o engajamento daqueles que estavam dispostos a lutar pelo soerguimento da capacidade técnica nacional. Muitas unidades da federação decidiram criar suas frentes parlamentares de engenharia - dentre elas, Alagoas, Acre, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal -, que hoje atuam em sintonia com o que defendemos há algum tempo.

A federalização do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) tem sido uma das nossas missões. Em que pese seu tamanho, o CONFEA não tem espaço para que todas as unidades da federação tenham representatividade simultaneamente, tendo assim que utilizar do rodízio temporal entre os estados para que sejam contemplados igualmente. O projeto deve ser de iniciativa do Poder Executivo. Já conseguimos passar o projeto pelo Ministério do Planejamento e também pelo Ministério do Trabalho; agora ele se encontra na Casa Civil, que esperamos não tarde a submetê-lo ao Legislativo.

A Frente trouxe também para a pauta de discussões o Projeto de Lei nº 6699/2002, que torna crime o exercício ilegal da profissão de engenheiro. Hoje, quem exerce a profissão de engenheiro sem habilitação para tal responde apenas por contravenção penal. O PL é do ex-deputado José Carlos Coutinho

e estava parado havia quinze anos. Tramita, agora, em regime de urgência.

Prestes ser votado, está o PLC13/2013, que cria a carreira de Estado para engenheiros, arquitetos e agrônomos em todos os níveis de governo - uma antiga reivindicação que agora tramita no Congresso Nacional. Esse projeto é basilar para outro tema que vem sendo discutido na Frente Parlamentar, a criação da EAGU (Engenharia, Arquitetura e Urbanismo Geral da União), órgão com a realizar e analisar projetos, bem como formar uma memória estrutural para o respectivo ente federativo.

A Federação Nacional dos Engenheiros (FNE); o Conselho Federal de Engenharia, e Agronomia (CONFEA); o Sindicato de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco); os Conselhos Regionais de vários estados (CREAS); os Clubes de engenharia (com destaque para o do Rio de Janeiro); a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge); o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e o Sindicato dos Urbanitários são algumas das entidades unidas em torno da Frente. Além das propostas de valorização profissional, nos unimos em torno de soluções para o Desenvolvimento Nacional. Há, sem dúvida muito trabalho a ser feito, mas confiamos no futuro e nos homens e mulheres que estão dispostos a construí-lo.

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS ENGENHEIROS

SDS Edifício Eldorado, salas 106/109
CEP 70392-901 • Brasília/DF
Telefone: (61) 3225-2288
secretaria@fne.org.br
www.fne.org.br